

AS CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLOGIA RELACIONAL PARA AS ANÁLISES DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DO CAMPO DA ASSISTÊNCIA: O CASO DA REDE PARCERIA SOCIAL/RS

RELATIONAL SOCIOLOGY'S CONTRIBUTIONS TO THE SOCIAL ORGANIZATIONS ANALYSIS IN THE AREA OF ASSISTANCE: REDE PARCERIA SOCIAL/RS CASE

Cláudia Tirelli

Universidade de Santa Cruz do Sul - RS - Brasil

RESUMO: O artigo resgata as contribuições da abordagem sociológica relacional para a compreensão das ações coletivas e do associativismo no Brasil. Na primeira parte, são retomados os principais conceitos que sustentam esta perspectiva de análise, demonstrando como ela permite analisar as ações dos atores sociais como ações estratégicas e, ao mesmo tempo, condicionadas pela posição que ocupam dentro de um espaço de relações. Na segunda parte, descrevem-se os resultados de um *survey* realizado com organizações sociais que participaram do Programa Rede Parceria Social no Rio Grande do Sul, entre 2008 e 2010, os quais possibilitam evidenciar a heterogeneidade dessas organizações e suas distintas apropriações das oportunidades políticas abertas no campo da assistência social a partir da conjuntura crítica dos anos de 1990.

Palavras-chave: Sociologia relacional. Associativismo. Assistência Social.

ABSTRACT: This article aims to recall the contributions of the sociological relational approach to the understanding of the collective actions and associationism in Brazil. Firstly, the main concepts which hold this analysis perspective are taken back, demonstrating how it permits analysing the actions of the social workers as strategic ones and at the same time, conditioned by the positions that they occupy inside a relationship area. In the second part, are described the results of the survey that was done with social organizations which participated of the program "Rede Parceria Social" in Rio Grande do Sul, between 2008 and 2010, which become possible to evidence the heterogeneity of these organizations and their appropriations of the open policies opportunities in the social assistance area from the critical juncture of the years 1990.

Keywords: Relational sociology. Associationism. Social Assistance.

1 INTRODUÇÃO

Na última década, tem-se observado no campo das Ciências Sociais brasileiras a emergência de um conjunto de análises que se utilizam de uma abordagem relacional para compreender a diversidade presente no tecido associativo do país, tanto em relação à constituição dos atores associativos, como em relação aos repertórios organizacionais e táticos que adotam em diferentes conjunturas. Esses trabalhos têm apontado para os limites da literatura produzida, ao longo da década de 1980, em torno dos chamados "novos movimentos sociais", assim como dos estudos que celebraram, nos anos de 1990, o surgimento de um "novo associativismo civil" no Brasil. A crítica preponderante a essas produções dirigiu-se, sobretudo, à sua visão fortemente normativa e essencialista da sociedade civil, posto que

esta foi concebida como essencialmente democrática, pluralista, laica, espontânea, entre outros atributos. De acordo com os críticos, essa visão não encontrava correspondência empírica no campo associativo brasileiro, pois este congregava organizações extremamente heterogêneas e distantes do modelo conceitual previsto pelos autores da “nova sociedade civil”.¹

Este artigo² busca resgatar as contribuições da abordagem relacional para a compreensão do associativismo no Brasil e demonstrar, a partir dos resultados de uma pesquisa feita com organizações sociais que integraram o Programa Rede Parceria Social (PRPS) no Rio Grande do Sul (RS), como essa perspectiva permite analisar as mudanças que vêm ocorrendo nas distintas organizações assistenciais a partir da “conjuntura crítica” dos anos de 1990.

2 A SOCIOLOGIA RELACIONAL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A ANÁLISE DAS AÇÕES COLETIVAS E DO ASSOCIATIVISMO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

A perspectiva relacional enfatiza, como o próprio nome já sugere, as *relações sociais* entre os diversos atores, pois é a partir delas que se podem compreender a conformação dos atores e os significados das suas ações nos processos de interação em que se encontram envolvidos. De acordo com Emirbayer (1997), a agência não preexiste às relações, mas surge delas. A seu ver, trata-se de um processo dialógico que apresenta fatores internos e externos, pois não há como separar os atores do contexto no qual se encontram imersos e através do qual adquiriram a sua experiência e consciência do mundo. Bourdieu (1989) já havia assinalado, nesse sentido, o equívoco de certas análises realizadas na Sociologia e na História quando traçam esse tipo de distinção, opondo o individual ao social (coletivo) ou as vontades singulares aos determinismos estruturais. Criticando essas abordagens, esse autor vai afirmar que

[...] toda ação histórica *põe em presença* dois estados da história (ou do social): a história no seu estado objetivado, quer dizer, a história que se acumulou ao longo do tempo nas coisas, máquinas, edifícios, monumentos, livros [...], etc., e a história no seu estado incorporado, que se tornou *habitus*. (BOURDIEU, 1989, p. 82, grifo do autor).

É dessa forma que se pode compreender a vinculação, quase simbiótica em certos casos, entre o militante e a sua causa ou a identificação percebida entre certas funções que os agentes ocupam numa instituição e a sua vocação. Nas palavras de Bourdieu,

a história objectivada, instituída, só se transforma em acção histórica, isto é, em história ‘actuada’ e actuante, se for assumida por agentes cuja história a isso os predispõe e que, pelos seus investimentos anteriores, são dados a interessar-se pelo seu funcionamento e dotados das aptidões necessárias para a pôr a funcionar. (BOURDIEU, 1989, p. 83, grifo do autor).

Nessa perspectiva, o *habitus* dos agentes estará diretamente relacionado às posições que esses ocupam em um campo específico de relações definido pelos objetos que são

¹ Para obter maiores informações a respeito dos argumentos trazidos nas críticas à literatura dos “novos movimentos sociais” e da “nova sociedade civil”, ver Lavalle (1999, 2003) e Dagnino, Olvera e Panfichi (2006).

² O artigo é uma versão modificada dos Capítulos I e IV da minha tese de doutorado (TIRELLI, 2013)..

disputados e pelas formas através das quais se pode disputá-los.

De acordo com Elias (2008), somente se pode explicar as ações empreendidas pelos atores sociais se forem observadas as relações de interdependência que esses estabelecem uns com os outros em um dado espaço de relações. Utilizando-se da metáfora do jogo para expor didaticamente como se formam as configurações (figurações) sociais, as quais podem alcançar diferentes dimensões, o autor vai dizer que elas representam um determinado equilíbrio móvel de tensões entre indivíduos que se encontram em relações de interdependência, ou seja, que participam de um mesmo jogo e conhecem suas regras.

O jogador individual, mesmo que busque agir estrategicamente em relação aos demais jogadores, jamais vai possuir o controle total do jogo, na medida em que suas ações são interdependentes e encontram-se limitadas, no presente, aos constrangimentos e possibilidades engendradas através das jogadas pregressas realizadas pelos diversos jogadores. Quanto mais complexo for o jogo, ou seja, quanto mais jogadores estiverem em inter-relação, menores serão as condições dos atores individuais de perceberem como se encontram inseridos numa teia de relações em que sua autonomia é limitada permanentemente pelas ações promovidas pelos demais. Elias (2008, p. 99) vai afirmar, nesse sentido, que nos jogos mais complexos e com relações de poder mais difusas, há uma tendência dos jogadores “[...] a produzir conceitos impessoais que dominem a sua experiência do jogo”. Nesse sentido, o autor vai dizer:

Usam-se metáforas que oscilam constantemente entre a ideia de que o decorrer do jogo pode reduzir-se às ações dos jogadores individuais e a outra ideia é a de que este é de uma ordem suprapessoal. Como o jogo não pode ser controlado pelos jogadores é facilmente concebido como uma espécie de entidade ‘super-humana’. (ELIAS, 2008, p. 99).

O interessante nessa perspectiva de Elias é que as ações empreendidas pelos atores sociais só adquirem inteligibilidade na medida em que estão inseridas em um campo relacional que precisa ser evidenciado e explicado. Isto significa que não se pode atribuir, do ponto de vista da análise, uma intencionalidade imanente (seja do ator, seja do campo) como chave explicativa para as ações dos diferentes atores. Nesse sentido, o autor afirma que

o processamento de um jogo, que surge inteiramente como um resultado do cruzamento da jogadas individuais de muitos jogadores, toma um rumo que não foi planejado, determinado ou pensado antecipadamente por nenhum dos jogadores individuais. Pelo contrário, o decurso não planejado do jogo influencia repetidamente as jogadas da cada jogador individual. (ELIAS, 2008, p. 103).

Esta abordagem relacional passou a ser incorporada nos trabalhos referentes às ações coletivas e associativismo no Brasil no transcorrer da década de 2000, quando foram lançados vários artigos problematizando as análises baseadas em pressupostos essencialistas e homogeneizantes acerca da sociedade civil, os quais propunham uma outra perspectiva de análise dos atores e de seu campo relacional (LAVALLE, 2011; HOUTZAGER, LAVALLE e ACHARYA, 2004; SILVA, 2006, 2010; ABERS, BÜLLOW, 2011; MARQUES, 1999; DOWBOR, 2009). Esses trabalhos procuravam construir referenciais que permitissem compreender a diversidade na constituição e no funcionamento do tecido associativo brasileiro, sem tomar a sociedade civil como possuidora de um estatuto político definido *a priori*, mas percebendo-a como um campo multifacetado de relações envolvendo atores e intencionalidades variadas, os quais apresentam distintas adaptações e apropriações das oportunidades e restrições

políticas que se colocam em cada contexto específico. Estas abordagens não se filiavam a uma perspectiva teórica em particular, embora apresentassem certos elementos em comum, tanto nas suas críticas em relação à literatura produzida nos anos 1980 e 1990 acerca dos movimentos sociais e da sociedade civil, como na sua busca por novas perspectivas teóricas e metodológicas voltadas à compreensão dos atores associativos e da sua participação na esfera pública.

Um dos aspectos que parece unificar essas análises é o fato delas se pautarem por uma perspectiva relacional, na qual se busca construir explicações acerca das ações dos atores associativos a partir das relações que estes estabeleceram e estabelecem no presente com os demais atores associativos, com as instituições políticas nacionais e outras organizações. Estas abordagens têm enfatizado a importância da realização de investigações empíricas para a compreensão dos atores associativos, seus atributos e suas formas de participação, ao invés de partir de afirmações normativas acerca da constituição dos atores e de suas propensões para a ação. Nesse sentido, Marques (1999, p. 47) vai dizer que, “[...] as instituições, a estrutura social e as características de indivíduos e grupos são cristalizações dos movimentos, trocas e ‘encontros’ nas múltiplas e intercambiantes redes de relações ligadas e superpostas.”.

Esses trabalhos visam, portanto, construir perspectivas teóricas que, por um lado, rompam com visões deterministas e pré-concebidas em relação à constituição dos atores associativos e às razões que os movem e condicionam as suas ações e, por outro, que possibilitem analisá-los com base nas posições que ocupam nas teias de relações de interdependência que limitam suas opções e escolhas.

Buscando explicitar a forma de análise adotada pela sociologia relacional, Marques vai afirmar que ela

[...] parte do estudo de uma série de situações concretas para investigar a interação entre, de um lado, as estruturas presentes, constituídas pelos padrões de interações e trocas e as posições particulares dos vários atores, e, de outro, as ações, estratégias, constrangimentos, identidades e valores de tais agentes. Para essa linha de análise, as redes moldam as ações e as estratégias, mas estas também as constroem e reconstróem continuamente, em um processo dinâmico e contínuo. Da mesma forma, redes e identidades se constituem mutuamente de uma forma complexa que apenas começa a ser explorada. (MARQUES, 1999, p. 47).

Na defesa de uma perspectiva relacional na análise da sociedade civil, Silva também vai observar que esta

[...] possibilita romper com a noção de uma ‘natureza’ preestabelecida e colocaria a necessidade de analisar, em cada configuração empírica específica, como a sociedade civil se constitui na e pela relação com outras dimensões da realidade social em estudo. Isto implicaria em rejeitar a concepção de que existiria *uma* sociedade civil cujas características já estariam dadas de antemão, mas sim diferentes configurações da sociedade civil, nas quais esta pode assumir características específicas e, até mesmo, contraditórias. (SILVA, 2006, p. 160).

Na mesma direção Laval (2011, p. 8) irá afirmar que “[...] não existe um estatuto político da sociedade civil, passível de dedução teórica, mas diversos estatutos, ou, de modo mais incisivo, diversas sociedades civis cujo estatuto não é dado, mas requer explicação.”

Em alternativa à abordagem da sociedade civil produzida nos anos 90, Houtzager,

Lavalle e Acharya (2004) propõem a adoção de uma perspectiva da *polis*, a qual

[...] preocupa-se antes de tudo com a análise histórica e comparativa de atores institucionalmente situados. Sugere que *a participação é um resultado contingente, produzido numa teia de relações negociadas entre atores coletivos (organizações civis, Estado e outros) situados em um terreno institucional preexistente que reprime e/ou facilita formas de ação particulares.* (HOUTZAGER; LAVALLE; ACHARYA, 2004, p. 8, grifo nosso).

Esses autores reiteram a necessidade de uma perspectiva de análise que considere a “teia de relações” nas quais os atores encontram-se imersos, pois suas ações só podem ser compreendidas através do estudo das interações que estabelecem com outros atores coletivos em um espaço institucional preexistente que delimitam as suas possibilidades.

Em um trabalho mais recente, Lavalle explicita melhor esta abordagem afirmando:

A recíproca constituição entre Estado e sociedade, ou entre instituições políticas e atores societários, ocorre mediante processos que, ao longo do tempo – e no mesmo movimento – vão moldando e vão sendo moldados pelas diferentes instituições políticas existentes. Essa modelagem recíproca opera mediante a ação estratégica de atores relevantes, é claro, mas também por mecanismos consolidados graças a e para além dos cálculos políticos desses atores – notadamente estrangimentos vocacionais e institucionais. (LAVALLE, 2011, p. 9).

O condicionamento recíproco entre os atores societários e as instituições políticas, de acordo com Lavalle (2011), ocorre de forma interativa e iterativa, ou seja, não se define apenas pelas interações existentes no presente, mas também pelos padrões de relação cristalizados (sedimentados pela repetição – iteração – de ações bem-sucedidas ou fracassadas nas instituições) e que foram construídos ao longo das suas trajetórias institucionais. Para o autor, as possibilidades dos atores no presente vão estar relacionadas a quanto eles conseguiram, no passado, “arquitetar o seu encaixe institucional” e resguardar os seus interesses no futuro. Esta capacidade vai ser tanto maior quanto melhor posicionado estiver o ator nas conjunturas críticas de inovação institucional (LAVALLE, 2011).

O conceito de conjuntura crítica foi elaborado dentro da abordagem do Institucionalismo Histórico³, uma das vertentes do chamado Neo-institucionalismo que tem colaborado para as análises de cunho relacional, pois permite resgatar a complexidade das conjunturas nas quais as mudanças institucionais se constituíram como opções possíveis para os atores.

Conforme afirmam Capoccia e Kelemen (2007), as análises desenvolvidas por grande parte dos institucionalistas históricos partem de um modelo dual, no qual se alternam processos longos de estabilidade e de reprodução institucional e momentos relativamente curtos de quebra dessa estabilidade, chamados de “conjunturas críticas”, nas quais há um relaxamento nos aspectos estruturais que condicionam as ações dos atores em tempos normais, possibilitando a abertura de novos processos e escolhas para estes. Nessa perspectiva, “[...] os eventos o procesos que tienen lugar y las coyunturas críticas que los suceden emergen como cruciales” (PIERSON; SKOCPOL, 2008, p. 13).

Dentro dessa perspectiva, um elemento chave para a compreensão das “conjunturas críticas” é a questão da “contingência”, pois nesses períodos em que se afrouxam os condicionamentos sobre os atores relevantes num determinado campo e se abrem caminhos

³ Para obter maiores informações sobre as três vertentes do Neoinstitucionalismo que emergiram ao longo dos anos 80 e 90, consultar Hall e Taylor (2003).

antes impossíveis de serem percebidos e adotados, os atores farão certas escolhas que terão repercussões na fase subsequente de reprodução institucional (CAPOCCIA; KELEMEN, 2007). A análise de “conjunturas críticas” precisa reconstituir essas possíveis opções existentes para os atores em um dado momento e compreender porque foram feitas certas escolhas e quais as consequências dessas decisões para o presente. Dito de outra forma, estas escolhas e os caminhos perseguidos não são dados *a priori* e nem aparecem como determinados por alguma intencionalidade imanente.

Justamente em decorrência desse afrouxamento nos condicionantes estruturais que ocorre durante as conjunturas críticas é que se reforça o poder de agência dos atores, permitindo que estes tomem decisões antes improváveis. No entanto, segundo Capoccia e Kelemen (2007), é um equívoco colocar a mudança como um elemento necessário de uma conjuntura crítica, pois ela está no plano da contingência, podendo ocorrer ou não. Para esses autores, as conjunturas críticas podem resultar, também, em processos de reequilíbrio institucional e as mudanças, por sua vez, podem ser originadas a partir de processos incrementais.

É por esta razão que o conceito de *path dependence* (dependência de trajetória) torna-se tão importante para a compreensão dos processos em uma análise histórica tal qual a realizada pelos institucionalistas, pois

los procesos dependientes de la trayectoria estrictamente definidos involucran una lógica clara: los resultados en una “coyuntura crítica” desatan mecanismos de retroalimentación que refuerzan la recurrencia de un patrón particular en el futuro. (PIERSON; SKOCPOL, 2008, p. 13).

Pierson e Skocpol (2008) assinalam, ainda, que as dinâmicas desencadeadas por um evento ou processo em um dado momento podem vir a ser reproduzidas mesmo na ausência dos fatores que as produziram originalmente, pois certas opções não se apresentam mais. Os processos de dependência de trajetória (*path-dependent*) representam os distintos resultados de interação que são produzidos na medida em que vários processos sociais se articulam de diferentes maneiras. Ao invés de optar por generalizações explicativas, há uma recuperação da “causalidade histórica” desses processos que têm repercussões importantes no presente. As conjunturas críticas representam, muitas vezes, a origem genética de mecanismos causais identificados por processos de *path-dependent* (CAPOCCIA; KELEMEN, 2007).

3 ELEMENTOS PARA A COMPREENSÃO DAS DINÂMICAS ASSOCIATIVAS

A literatura norte-americana da Contentious Politics (confronto político) (TILLY e TARROW, 2007; TARROW, 2009; TILLY, 2006; McADAM, McCARTHY, ZALD, 1999) também têm contribuído para se compreender as várias dimensões das dinâmicas associativas de forma interativa. Esta perspectiva permite analisar as dinâmicas associativas a partir de um olhar relacional, ao demonstrar as imbricações entre as várias dimensões que explicam os processos organizativos: a) as oportunidades e restrições políticas em diferentes conjunturas; b) os recursos disponíveis para as organizações (materiais, financeiros, humanos); c) os repertórios utilizados (tanto em termos organizacionais como de atuação); e d) a adoção de marcos interpretativos.

Um pressuposto importante dessa vertente consiste na interdependência entre as ações

coletivas e as instituições políticas, pressuposto herdado da Teoria do Processo Político.⁴ O conceito chave para dar conta desta relação é o conceito de *oportunidades e restrições políticas*. Tarrow (2009) define este conceito como

[...] dimensões consistentes – mas não necessariamente formais permanentes ou racionais – da luta política que encorajam as pessoas a se engajar no confronto político. Entendo as restrições políticas como fatores – tal como a repressão, mas também algo semelhante à capacidade das autoridades de colocar barreiras sólidas aos insurgentes – que desencorajam o confronto. (TARROW, 2009, p. 38-39).

Através do conceito de oportunidades e restrições políticas, podem-se analisar as inter-relações e determinações recíprocas entre os atores das distintas esferas societárias, permitindo que se perceba a dinâmica do processo político englobando também os processos políticos não institucionalizados. Isto significa afirmar que os atores sociais que se encontram fora da *policy* também podem interferir na sua conformação e que as instituições políticas, por sua vez, interferem nos padrões associativos (ALONSO, 2009). Desta forma, para os autores que compartilham dessa visão, conceber a sociedade civil e o Estado de forma polarizada não faz sentido, visto que suas fronteiras são permeáveis e fluídas. Diferentemente da perspectiva dos novos movimentos sociais, a abordagem do confronto político percebe os movimentos sociais emergindo a partir de oportunidades abertas pelas instituições políticas e a entrada de novos atores na arena política.

Os elementos normalmente identificados pela literatura da *Contentious Politics* como oportunidades e restrições políticas dizem respeito às organizações formais de governo e de políticas públicas, à facilitação ou repressão por parte das autoridades e a presença de aliados potenciais, rivais ou inimigos (McADAM, TARROW e TILLY, 2009). Quando ocorrem mudanças em algum desses elementos alteram-se as condições que encorajam ou, por outro lado, constroem as ações coletivas de confronto. No entanto, Tarrow (2009) assinala que esses elementos não constituem estruturas objetivas que atuam sobre todos os atores coletivos da mesma forma, pois se faz necessário que eles sejam percebidos por esses atores como oportunidades ou ameaças políticas para a ação. Apesar de exercerem grande influência sobre as dinâmicas organizativas, as oportunidades e restrições políticas são percebidas, dentro desta abordagem, enquanto elementos externos às organizações.⁵

Outra dimensão das dinâmicas associativas são os chamados *repertórios da ação coletiva*, os quais constituem formas rotineiras de fazer reivindicações levando-se em consideração um determinado local e período (TILLY; TARROW, 2007). Os repertórios podem variar, mas sempre dentro dos limites dados por um escopo de repertórios previamente estabelecidos para seu lugar, tempo e antagonistas. Nesse sentido, Tarrow vai dizer que

o repertório é um conceito ao mesmo tempo estrutural e cultural, envolvendo não apenas o que as pessoas *fazem* quando estão engajadas num conflito com outros, mas o que elas *sabem sobre como fazer* e o que os outros esperam que façam. (TARROW, 2009, p. 51).

⁴ Para obter maiores informações sobre a Teoria do Processo Político e suas influências nas abordagens norte-americanas, consultar Alonso (2009).

⁵ Abers e Bülow (2011) vão criticar esta afirmação da externalidade das oportunidades políticas em relação aos movimentos sociais, pois, a seu ver, essas relações são mais fluídas e menos conflituosas do que a literatura da *Contentious Politics* indica, possibilitando que indivíduos façam a defesa de interesses dos movimentos por dentro do Estado ou, ainda, que surjam movimentos a partir da união de atores societários e estatais.

Tilly vai demonstrar em seu livro *Regimes and Repertoires* (2006) como são estabelecidas as relações entre os diferentes regimes políticos e os repertórios de ação coletiva, os quais podem ser proibidos, tolerados ou estimulados pelos diferentes regimes. Dependendo de como são considerados os repertórios dentro de um determinado regime político, seus custos e riscos serão avaliados de forma distinta, facilitando ou dificultando – e no limite obstaculizando – a sua ocorrência. Este conceito permite que se compreenda as mudanças que as organizações fazem, ao longo das suas trajetórias, tanto em relação ao seu funcionamento institucional como em relação à forma de desenvolvimento das suas ações. No caso brasileiro, a partir dos anos 90 houve uma série de incentivos – por parte de setores do Estado, agências internacionais e empresas – para haver uma maior profissionalização e planejamento nas organizações sociais que atuavam no campo assistencial, fazendo com que esses repertórios organizacionais e táticos fossem mais incentivados.

Dentro da literatura da *Contentious Politics* também passou a ser contemplada, a partir dos anos de 1990, a dimensão simbólica e cultural nos processos de mobilização, ou seja, passou-se a indagar como se davam os processos sociais de construção do interesse e de interpretação da realidade que levariam os atores a se inserirem em distintas formas de ação coletiva. O conceito utilizado para dar conta dessa dimensão foi o de *quadros* ou *marcos* (*frames*) *interpretativos* (TARROW, 2009; McADAM, McARTHY, ZALD, 1999; ALONSO, 2009), produzido originalmente dentro do interacionismo simbólico e reapropriado pelos autores da *Contentious Politics* para a compreensão das ações coletivas de confronto. Nesse sentido, as teorias amparadas nas concepções de que as privações, as contradições estruturais ou as oportunidades políticas levariam automaticamente os atores a agirem coletivamente (TARROW, 2009), começaram a ser questionadas. A partir dessas críticas, desenvolveram-se estudos visando investigar quais as condições que facilitavam ou restringiam as possibilidades de ocorrência de movimentos sociais, assim como o que levava pessoas comuns a se engajarem em um movimento coletivo contestatório.

Dessa forma, os pesquisadores começaram a perceber que não bastava estarem dadas certas oportunidades políticas e recursos para os atores se engajarem em processos de mobilização coletiva. Era preciso que eles reconhecessem esses elementos enquanto tais. Para isso, fazia-se necessário o compartilhamento de entendimentos e identidades, estabelecer o “nós” e o “eles” no processo contencioso, eleger repertórios de confronto reconhecidos pela herança cultural dos atores. Na definição de McAdam, McCarthy e Zald (1999, p. 27), os marcos interpretativos constituem “[...] esfuerzos estratégicos conscientes realizados por grupo de personas en orden a forjar formas compartidas de considerar el mundo y a si mismas que legitimen y muevan a la acción colectiva.”

Os quadros interpretativos não se encontram prontos para serem utilizados por um movimento; pelo contrário, eles vão sendo conformados através de um processo em que os coordenadores de movimentos buscam construir identidades comuns, eleger inimigos e aliados, adotar certos repertórios de ação e enquadrar culturalmente suas reivindicações. Nesse sentido, o processo de enquadramento (*framing process*) interpretativo representa um trabalho de inovação, que vai se dando no processo de confrontação, mas que ao mesmo tempo se utiliza dos símbolos e repertórios de ação inscritos previamente na cultura dos atores envolvidos.

Nesse sentido, esses autores afirmam que os quadros de ação coletiva não apenas incorporam e reproduzem ideias e significados de arranjos estruturais e de ideologias existentes, mas que eles funcionam tanto como amplificações e inovações dessas ideologias como, em contrapartida, enquanto antídotos às ideologias já existentes ou partes delas.

De acordo com Tarrow (2009), no processo de enquadramento interpretativo os organizadores de movimentos vão competir com a mídia e com o Estado, pois estes também participam dos processos de significação, em geral com vantagens em relação aos movimentos por possuírem mais recursos materiais e simbólicos.

Os quadros ou marcos interpretativos vão ser sempre reinterpretados a partir do contexto onde estão sendo veiculados. Isto faz com que ocorram modificações na apropriação de uma mesma mensagem por diferentes grupos sociais. De acordo com Tarrow (2009, p. 144), visando dar conta desse processo de vinculação de um movimento – através de suas mensagens e simbolismos – e os diversos contextos particulares é que Snow desenvolveu o conceito de “alinhamento do quadro interpretativo”, o qual ocorre quando

[os empreendedores de movimentos] orientam os quadros interpretativos de seus movimentos para a ação em contextos particulares e os amoldam à interseção entre um alvo da cultura da população e seus próprios valores e objetivos. (TARROW, 2009, p. 144).

Esta noção de alinhamento dos quadros interpretativos parece interessante para pensarmos como certos conceitos e práticas gerenciais vão sendo ressignificados e vinculadas a elementos culturais já presentes nas organizações assistenciais. Ou seja, os quadros da ação coletiva vão sendo produzidos durante os processos que envolvem os atores associativos e os demais atores numa situação definida.

4 ANALISANDO AS ORGANIZAÇÕES QUE PARTICIPARAM DO PROGRAMA REDE PARCERIA SOCIAL À LUZ DE UMA PERSPECTIVA RELACIONAL

No Brasil, na década de 1990, observa-se a confluência de vários macroprocessos que conformaram uma conjuntura crítica para os atores sociais que atuam no campo da assistência. Entre esses processos, poder-se-ia citar o surgimento de uma legislação que regulamenta a condução do trabalho das organizações na área social – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), Lei das Organizações Sociais (OS), a difusão de novos modelos de planejamento e de gestão, a profissionalização e especialização das organizações sociais, o maior envolvimento das organizações sociais na prestação de serviços públicos, a emergência de novos atores no mundo associativo e a reestruturação do financiamento das organizações sociais. Trata-se de processos heterogêneos que não podem ser imputados a uma única origem ou intencionalidade.

Estes processos, que irão se materializar localmente de forma específica, reconfiguraram o campo relacional das organizações sociais, alterando oportunidades e condicionamentos para a atuação destas ao estabelecerem: a) novas formas de organização e repertórios de ação; b) novos enquadramentos interpretativos; c) novas fontes de recursos; e d) novas posições aos atores desse campo (mediação Estado x público-alvo).

No entanto, as organizações não responderam de forma mecânica e homogênea a este processo de reconfiguração. Ao contrário, a partir de suas trajetórias e características organizacionais (objetivos, recursos, ideologias), as organizações interpretaram esta reconfiguração e se relacionaram a ela de distintas formas (aderindo, rejeitando, ou se adaptando pragmaticamente), gerando uma multiplicidade de apropriações que confronta a ideia de um processo guiado pela intencionalidade imanente de um projeto político único.

Optou-se, neste trabalho, por analisar como as organizações sociais que participaram do Programa Rede Parceria Social (PRPS), lançado pela Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social do RS, em 2007, relacionaram-se com os princípios, valores e metodologias defendidos por esse programa.

O PRPS tem por objetivo aliar Estado, Empresas e “Terceiro Setor” para atuarem na área da Assistência, proporcionando a sustentabilidade das organizações do Terceiro Setor e uma maior qualificação das ações de responsabilidade social empresarial (REVISTA REDE PARCERIAS SOCIAIS, 2009).

A escolha desse programa deveu-se ao fato dele oferecer um cenário da diversidade existente no tecido associativo na área da assistência do RS e, desta forma, permitir inferir a respeito da forma como essas distintas organizações civis vinham atuando frente às oportunidades e ameaças políticas percebidas no campo da assistência no contexto analisado. O espectro associativo abrangido pelo Programa é extremamente variado⁶, tanto no que concerne ao tamanho das organizações, quanto às suas formas de sustentabilidade, anos de atuação, vínculos institucionais, filiações políticas e religiosas, entre outros aspectos. Esta diversidade nos permitiu analisar como organizações com trajetórias e características tão diversas – ou, nas palavras de Laval, com diferentes “ecologias organizacionais” – vem (re)agindo e interpretando as mudanças nas oportunidades e ameaças políticas no contexto dos anos 90 (a reconfiguração da área da assistência), e os desafios dos anos mais recentes, principalmente em relação à sustentabilidade financeira dessas organizações.

O PRPS sintetiza, de certa forma, os processos de mudança que se tem observado na área da assistência, pois ele representa a adesão, por parte de setores do Estado, a um marco interpretativo que defende as parcerias público-privadas e novas metodologias de gestão para a consecução dos programas sociais. Desta forma, este programa expressa, a nosso ver, um novo modelo de trabalho social que vem sendo difundido e desenvolvido, desde meados dos anos 90.

A seguir, iremos expor os principais resultados do *survey*⁷, realizado em 2011, com as 344 organizações sociais que integraram o Programa Rede Parceria Social no RS nas suas três primeiras edições (2008, 2009 e 2010). Esses dados irão evidenciar as mudanças operadas nas organizações sociais a partir da reconfiguração do campo da assistência iniciada nos anos 90.

Observando-se os dados descritos na Tabela 1, exposta a seguir, pode-se perceber que 26,42% das organizações respondentes foram criadas entre 1991 e 2000, 19,81%, entre 1981 e 1990 e, apenas 14,15%, entre 2001 e 2010. Percebe-se, portanto, que a década de 90 se destacou na criação de novas organizações civis na área da assistência, certamente influenciadas pela abertura de novas oportunidades políticas já referidas anteriormente.

⁶ Dentre as organizações que integraram o PRPS encontram-se entidades assistenciais caritativas e filantrópicas, ONGs voltadas à defesa de direitos de grupos sociais específicos (mulheres, negros), organizações de defesa ambiental, associações de moradores, associações de pais e mestres, clubes de mães, APAEs, organizações de auxílio a pessoas com determinados tipos de enfermidades, mitras diocesanas, círculos operários, cooperativas para a geração de emprego e renda, fundações e institutos empresariais, entre outras.

⁷ Obteve-se um retorno de 107 questionários respondidos, o que representou 31,10% do universo investigado.

Tabela 1 - Organizações que integraram o PRPS entre 2008-2010, conforme o ano de fundação

ANO DE FUNDAÇÃO	Nºs absolutos	%
Até 1940	6	5,66
Entre 1941 e 1950	5	4,72
Entre 1951 e 1960	3	2,83
Entre 1961 e 1970	11	10,38
Entre 1971 e 1980	15	14,15
Entre 1981 e 1990	21	19,81
Entre 1991 e 2000	28	26,42
Entre 2001 e 2010	15	14,15
Entre 2011 e	2	1,89
TOTAL	106	100,00

Fonte: tabela elaborada pela autora com base nos resultados do survey realizado para esta pesquisa.

Na Tabela 2, apresentada a seguir, verificou-se que em relação aos grupos beneficiários das ações sociais desenvolvidas pelas organizações civis, também chamados de “públicos-alvo”, há uma expressiva concentração nas ações destinadas ao segmento adolescente (25,74%) e ao segmento infantil (22,79%), os quais representam, conjuntamente, 48,53% do público-alvo das organizações envolvidas. Em seguida, são mencionadas as “mulheres” e os “portadores de necessidades especiais”, representando cada um, 15,81% do total. Cabe observar que as organizações, muitas vezes, prestam atendimento a mais de um segmento populacional, o que apareceu claramente nos nossos resultados.

Segundo os dados da PEAS 2006 (IBGE, MDS, 2007), as entidades de assistência social que atuam no RS atendem, preferencialmente, ao público infantil (51%), enquanto que em outros estados se sobressaem, em primeiro lugar, os atendimentos ao público adolescente. Nos dados que coletamos, o público adolescente alcançou um percentual levemente superior ao segmento das crianças.

Tabela 2 - Organizações que integraram o PRPS entre 2008-2010, conforme os beneficiários das ações sociais

BENEFICIÁRIOS DAS AÇÕES SOCIAIS	Nºs Absolutos	%
Portadores de necessidades especiais	43	15,81
Crianças	62	22,79
Adolescentes	70	25,74
Idosos	25	9,19
Mulheres	43	15,81
Outros grupos sociais	29	10,66
TOTAL	272	100,00

Fonte: tabela elaborada pela autora com base nos resultados do survey realizado para esta pesquisa.

Obs.: a questão permitia a múltipla escolha.

Quando indagadas a respeito dos vínculos com outras instituições, das 103 organizações sociais que responderam a esta questão, 55,33% (57 organizações) afirmaram possuir vínculos, enquanto 44,67% disseram que não possuem. Conforme descrito na Tabela 3 a

seguir, entre as 57 organizações que possuem algum tipo de vínculo com outras instituições, 23,45% apresentam vinculações com instituições religiosas e, dentre essas, 95,04% afirmaram ter ligações com a Igreja Católica. Esse dado demonstra que os vínculos religiosos que tanto marcaram as organizações assistenciais no Brasil ainda se fazem presentes, sobretudo em relação ao catolicismo. Por outro lado, chama a atenção o fato de ter aparecido em segunda colocação, com 16,04%, os vínculos das organizações com empresas privadas e públicas. Ao que tudo indica, essa resposta foi associada ao recebimento de recursos dessas fontes, as quais têm crescido em relação ao financiamento das organizações nos últimos anos (ABONG, 2010a). Este dado chama atenção, também, para a entrada estratégica dos atores empresariais no campo social a partir da década de 1990, quando se observou no Brasil a formação de organizações de representação empresarial voltadas a incentivar as ações de investimento social privado e de comprometimento ético das empresas (GIFE, Instituto *Ethos*).

Tabela 3 - Vínculos estabelecidos pelas organizações que integraram o PRPS entre 2008-2010, conforme o tipo de vínculo com outras instituições

VÍNCULOS COM OUTRAS INSTITUIÇÕES	N ^{os} Absolutos	%
Religiosas	19	23,45
Empresas privadas	13	16,04
Empresas públicas	13	16,04
Sindicatos	1	1,23
ONGs	12	14,81
Organismos e agências de cooperação internacional	3	3,70
Outras instituições	20	24,69
TOTAL	81	100

Fonte: tabela elaborada pela autora com base nos resultados do survey realizado para esta pesquisa

Na Tabela 4, descrita a seguir, podem-se visualizar os elementos do trabalho social desenvolvido pelas organizações civis apontados como aqueles que mais sofreram mudanças na última década. Em primeiro lugar, aparecem “As formas de execução das ações sociais”, com 16,52%, vindo, em seguida, as mudanças relacionadas aos “Padrões organizativos da própria instituição/entidade”, com 16,07%, e, em terceiro lugar, as referentes aos “Objetivos do trabalho”, com 15,40%. Em relação às formas de execução do trabalho social, várias mudanças se impuseram nessa última década, sobretudo para as organizações que passaram a prestar serviços ao Estado por meio do estabelecimento de convênios ou de termos de parceria. Passou-se a exigir, nesses casos, a elaboração de projetos sociais que contivessem a especificação do público-alvo a ser atingido, a justificativa, os objetivos, o orçamento, os indicadores de avaliação e a previsão de relatórios finais. Quanto às mudanças identificadas no padrão organizacional das instituições, nos parecem que elas não apresentam uma única tendência. Por um lado, percebe-se um incremento em termos da complexificação e da profissionalização do trabalho nas organizações civis para fazer frente às exigências dos financiadores, sejam públicos ou privados. Nesse caso, pode-se identificar a contratação de profissionais de áreas específicas (contadores, advogados) para a execução de novos tipos de demandas. Por outro lado, existe também uma tendência de redução no número de integrantes das organizações sociais, principalmente daquelas que receberam aporte

financeiro das agências de cooperação internacional para os seus projetos institucionais e que hoje não contam mais com essa fonte de recursos (ABONG, 2010a).

As mudanças relacionadas aos “objetivos do trabalho” no campo da assistência provavelmente estão ligadas às regulamentações da Política de Assistência – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 1993, Plano Nacional da Assistência Social (PNAS), em 2004, Sistema Único da Assistência Social (SUAS), em 2005 – e a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, que alteraram substancialmente a forma de intervenção das organizações civis nesse campo. Hoje, as organizações assistenciais, mesmo aquelas construídas com um perfil caritativo e eminentemente assistencialista, se colocam, invariavelmente, como organizações/entidades assistenciais que atuam na linha da promoção e garantia dos direitos sociais.

Tabela 4 - Organizações que integraram o PRPS entre 2008-2010, segundo a percepção dos seus integrantes acerca dos aspectos do trabalho social que sofreram mudanças nos últimos 10 anos

MUDANÇAS NO TRABALHO SOCIAL	N ^{os} Absolutos	%
Formas de financiamento para a manutenção da entidade	65	14,51
Formas de financiamento para a realização do trabalho junto às comunidades	46	10,27
Padrões organizativos (formas de organização) da própria instituição/entidade	72	16,07
Relações com outras instituições	63	14,06
Formas de execução das ações sociais	74	16,52
Objetivos do trabalho	69	15,40
Valores que norteiam o trabalho social da entidade	50	11,16
Outras dimensões	9	2,01
TOTAL	448	100

Fonte: tabela elaborada pela autora com base nos resultados do survey realizado para esta pesquisa.

Obs.: a questão permitia múltipla escolha.

Na questão referente à adoção do modelo de projetos sociais pelas organizações/entidade sociais, 87,73% de um total de 106 organizações respondentes afirmaram que desenvolvem o seu trabalho através de projetos sociais. Dentre essas organizações, 84,09% disseram que o início da utilização dessa ferramenta se deu durante a década de 2000. Embora se tenha conhecimento que o trabalho social já vinha sendo desenvolvido através de projetos sociais anteriormente, sobretudo nas organizações civis que recebiam recursos via agências e organismos de cooperação internacional, os anos 2000 representaram a disseminação desse modelo de trabalho no campo da assistência.

Dentre as principais razões apontadas pelas organizações/entidades sociais para a adoção do modelo de projetos sociais, conforme exposto a seguir, na Tabela 5, estão a “Busca de maior eficácia e eficiência na execução do trabalho social” e a “Melhoria em termos de planejamento e gestão das ações sociais”, perfazendo, respectivamente, 25,25% e 24,92%. Embora a opção “Exigência das entidades parceiras na execução dos projetos” tenha aparecido apenas em uma terceira posição, com 17,05%, nas entrevistas que

realizamos para os estudos de caso que compõem esta pesquisa aparece esta exigência nos editais de programas estatais, a partir da década de 2000. Embora no caso das organizações financiadas pelas agências de cooperação internacional esta exigência já existisse, novos elementos foram sendo agregados, como aqueles relacionados à sustentabilidade das organizações e à elaboração de indicadores que permitam avaliar o impacto dos projetos desenvolvidos nas comunidades.

Tabela 5 - Organizações que integraram o PRPS entre 2008-2010, segundo as razões declaradas para a adoção do modelo de projetos sociais

RAZÕES PARA A ADOÇÃO DO MODELO DE PROJETOS SOCIAIS	N^{os} Absolutos	%
Busca de maior eficácia e eficiência na execução do trabalho social	77	25,25
Exigência das agências financiadoras	42	13,77
Exigência das entidades parceiras na execução dos projetos	52	17,05
Rompimento com uma perspectiva assistencialista	51	16,72
Melhoria em termos de planejamento e gestão das ações sociais	76	24,92
Outras razões	7	2,30
TOTAL	305	100,00

Fonte: tabela elaborada pela autora com base nos resultados do survey realizado para esta pesquisa.

Obs.: a questão permitia a múltipla escolha.

A tabela 6, descrita a seguir, permite visualizar as frequências relativas às diferentes fontes de recursos que têm *mantido* as organizações/entidades sociais. Numa primeira posição aparecem as “Doações de pessoa física”, com 29,80%; em seguida, são citadas as “Empresas e/ou fundações empresariais”, com 22,35% e, finalmente, as “Instituições do Estado”, com 21,96%. Um elemento importante a ser analisado quando se trata da sustentabilidade das organizações civis que atuam no campo da assistência é o fato de seus recursos serem provenientes, de uma maneira geral, de múltiplas fontes, entre as quais se sobressaem as citadas anteriormente. Chama a atenção o fato de “Doações de pessoa física” permanecer como a fonte de recursos mais citada em relação à manutenção dessas organizações, pois se poderia esperar que, com a regulamentação das políticas sociais, esta importância fosse reduzida. Uma das razões que podem explicar esse resultado está nas restrições existentes em vários editais – lançados por órgãos da administração pública – em relação às despesas de custeio das organizações. Pode-se aventar que as organizações se utilizam das doações de pessoa física para o seu sustento e reprodução, na medida em que os recursos oriundos das outras fontes só podem ser utilizados para a execução de projetos específicos. Os recursos provenientes de “Empresas e fundações empresariais” também possuem maior flexibilidade em termos de sua utilização, pois existem tanto as doações sem fins predeterminados como as destinadas à realização de projetos específicos. Cabe mencionar, por fim, que as organizações sociais registradas nos conselhos municipais da assistência ou nos conselhos municipais da criança e do adolescente têm acesso aos fundos municipais, o que também lhes assegura recursos para a sua manutenção.

Em relação à origem dos recursos que permitem a *execução* dos projetos sociais, apresentados na Tabela 6, há uma alteração em relação à ordem dos recursos destinados

à manutenção. Em primeiro lugar aparecem as “empresas e/ou fundações empresariais públicas e privadas”, com 28,45%, em seguida aparecem as “instituições do Estado”, com 26,29%, e, em terceiro lugar, as “doações de pessoa física”, com 22,41%.

Tabela 6 - Organizações que integraram o PRPS entre 2008-2010, segundo a origem dos recursos para a manutenção da organização

ORIGEM DOS RECURSOS DE MANUTENÇÃO DA ORGANIZAÇÃO	N^{os} Absolutos	%
Doações de pessoa física	76	29,80
Instituições do Estado	56	21,96
Igrejas	14	5,49
Agências e organismos de cooperação internacional	7	2,75
ONGs internacionais e/ou nacionais	18	7,06
Empresas e/ou fundações empresariais públicas e privadas	57	22,35
Outras instituições	27	10,59
TOTAL	255	100,00

Fonte: tabela elaborada pela autora com base nos resultados do survey realizado para esta pesquisa.

Obs.: a questão permitia a múltipla escolha

Conforme pode ser visualizado nas Tabelas 6 e 7, as agências e organismos internacionais de cooperação, assim como as ONGs internacionais, não se constituíram, no universo pesquisado, como fontes importantes de recursos, tanto para a manutenção das organizações como para a execução dos projetos sociais. Esse dado confirma as tendências apontadas pelas pesquisas “FASFIL 2010” (IBGE, IPEA, GIFE e ABONG, 2012) e “Panorama das Associadas” (ABONG, 2010a), as quais demonstraram ter ocorrido um deslocamento e uma diminuição dos recursos aportados pelas agências de cooperação internacional, sobretudo nos estados do sul do Brasil. As razões apontadas para essas mudanças estariam relacionadas ao processo de redemocratização brasileiro e a mudanças políticas nos países do Norte, provocando um aumento da cobrança interna sobre as agências localizadas nesses países, as quais passaram, então, a direcionar as suas ações, preponderantemente, para projetos de redução da pobreza. No caso do Brasil, várias agências suspenderam completamente a sua atuação no país e, as que permaneceram, passaram a concentrar o seu apoio nas ONGs localizadas nos estados da região Nordeste. Segundo a publicação “Sustentabilidade das ONGs no Brasil” (ABONG, 2010b),

as fontes que nos últimos sete anos têm apresentado uma tendência crescente no financiamento das organizações associadas à Abong são as empresas, institutos e fundações empresariais, os recursos públicos municipais e as doações de indivíduos. (ABONG, 2010b, p. 73).

Embora o espectro de organizações sociais desta pesquisa seja mais amplo que o apresentado pelas organizações associadas à ABONG, nossos dados acerca das fontes de recursos que garantem a manutenção das organizações e a execução dos seus projetos apresentam uma similitude considerável, apesar das associadas à ABONG ainda permanecerem acessando os recursos da “cooperação internacional”, mesmo que numa proporção bem menor do que em décadas anteriores. Essas mudanças aparecem descritas

da seguinte forma na publicação da ABONG,

as análises mais acuradas de processos ainda em curso indicam que, mais do que uma retirada sumária da cooperação internacional, ocorre uma reconfiguração de seus mecanismos, atores e enfoques, que certamente já tem impactos na dinâmica das ONGs no campo da Abong. (ABONG, 2010b, p. 12).

A pesquisa da ABONG (2010b) mostrou, também, que se compararmos os dados referentes aos anos de 2000, 2003 e 2007, em relação ao acesso as fontes de financiamento por parte das suas associadas, a participação das agências de cooperação caiu 66% nesse período, enquanto que a participação dos recursos públicos federais cresceu 71%% (ABONG, 2010b, p. 69). Nesse sentido, a publicação alerta para os riscos trazidos pelo aumento do acesso aos recursos públicos federais para a sustentabilidade das organizações, pois essa fonte de recursos é avaliada como instável e suscetível às mudanças governamentais.

Tabela 7 - Organizações que integraram o PRPS entre 2008-2010, segundo a origem dos recursos para a execução dos projetos sociais

ORIGEM DOS RECURSOS PARA A EXECUÇÃO DOS PROJETOS SOCIAIS	N^{os} Absolutos	%
Doações de pessoa física	52	22,41
Instituições do Estado	61	26,29
Igrejas	12	5,17
Agências e organismos de cooperação internacional	6	2,59
ONGs internacionais e/ou nacionais	14	6,03
Empresas e/ou fundações empresariais públicas e privadas	66	28,45
Outras instituições	21	9,05
TOTAL	232	100,00

Fonte: tabela elaborada pela autora com base nos resultados do survey realizado para esta pesquisa.

Obs.: a questão permitia a múltipla escolha.

Com base nos dados expostos anteriormente, poder-se-ia afirmar que as novas práticas gerenciais presentes nas organizações assistenciais analisadas nesta pesquisa estão situadas no campo dos repertórios organizacionais estimulados, ou seja, são objetos de uma indução, tanto por parte do Estado, quanto por parte de organismos e agências de cooperação internacional e, mais recentemente, de setores do mercado. Esta indução não se resume ao aporte de recursos, mas também à produção e difusão de um marco interpretativo que difunde e legitima essas práticas. Estes conceitos permitem apreender, por exemplo, como a abertura de editais por parte de ministérios ou secretarias de governo estaduais influenciam as formas de organização, de atuação e de compreensão das organizações voltadas à assistência. No mesmo sentido, permite analisar como as alterações nos padrões associativos estão relacionadas ao estabelecimento de uma nova legislação que dá suporte legal e regulamenta o repasse de recursos do Estado para organizações da sociedade civil consideradas de interesse público.

5 COMENTÁRIOS FINAIS

Como pôde ser visto ao longo do artigo, a utilização de uma abordagem relacional e processual para a compreensão das mudanças nas dinâmicas associativas dos atores que participam do campo da assistência permite recuperar parte da complexidade constitutiva deste processo e que, por vezes, é perdida por abordagens que partem de enquadramentos teóricos mais normativos. Através dessa perspectiva retomam-se as contingências e as dúvidas que confrontam os atores envolvidos neste processo, os quais, menos do que seguirem um “roteiro” preestabelecido (próprio ou imposto), constroem seus caminhos tentativamente, a partir de possibilidades relativas de agência definidas pelas condições e capacidades organizativas em um contexto móvel de oportunidades e constrangimentos.

REFERÊNCIAS

- ABERS, R.; BÜLLOW, M. V. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? *Revista Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, n.28, p.52-84, set./dez. 2011.
- ABONG. *Panorama das associadas*. Rio de Janeiro: ABONG, 2010a.
- _____. *Sustentabilidade das ONGs no Brasil: acesso a recursos privados*. Rio de Janeiro: ABONG, 2010b. 92p.
- ALONSO, Ângela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, n.76, p. 49-86, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. Le mort saisit le vif. As relações entre a história reificada e a história incorporada. In: _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1989.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. *NOB-SUAS*. Brasília: MDS, 2005. Disponível em: <www.mds.gov.br>. Acesso em: 17 de maio de 2013.
- _____. Ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Lei Orgânica da Assistência Social* (1993). Disponível em: <www.mds.gov.br>. Acesso em: 08/01/2013.
- _____. *Estatuto da criança e do adolescente*. – 7. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. Disponível em: <bd.camara.gov.br>. Acesso em: 08 de junho de 2013.
- CAPOCCIA, G; KELEMEN, R. D. The Study of Critical Junctures: theory, narrative, and counterfactuals in historical Institutionalism. *World Politics*, 59, p. 341-369, April/2007.
- DAGNINO, E.; OLVERA, A.; PANFICHI, A. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: DAGNINO, E., OLVERA, A.; PANFICHI, A. (Org.). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra; Campinas: Unicamp, 2006. p.13-91
- DOWBOR, Mônica. Sujeitos da assistência social. Estado, entidades assistenciais, assistentes sociais e usuários na trajetória da assistência social entre 1974 e 2005. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 14, 2009a, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos*. Rio de Janeiro: SBS, 2009. Laboratório de Pesquisa. Disponível em: <<http://www.sbs2009.sbsociologia.com.br>>. Acesso em: 8 out. 2010.
- ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2008.

EMIRBAYER, Mustafa. Manifesto for a relational sociology. *The American Journal of Sociology*. v. 103, n. 2, p. 281(37), p.1-22, Sept. 1997.

HALL, P.; TAYLOR, R. C. As três versões do Neo-institucionalismo. *Lua Nova*, São Paulo, n. 58, p. 193-223, 2003.

HOUTZAGER, P. P.; LAVALLE, A.G. ; ACHARYA A. Atores da sociedade civil e atores políticos – participação nas novas políticas democráticas em São Paulo. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). *A participação em São Paulo*. São Paulo: UNESP, 2004.

IBGE, IPEA, GIFE e ABONG. *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2005*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

_____. *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBGE, MDS. *As entidades de assistência social privadas sem fins lucrativos no Brasil 2006*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

LAVALLE, Adrián Gurza. Crítica ao modelo da nova sociedade civil. *Lua Nova*, São Paulo, n. 47, p. 121-135, 1999.

_____. Sem pena nem glória: o debate sobre a sociedade civil nos anos 1990. *Novos Estudos*, n. 66, p. 91-109, jul. de 2003.

_____. O estatuto político da sociedade civil: evidências da cidade do México e de São Paulo. Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA. *Textos para discussão CEPAL-IPEA*, n. 28, 2011. Disponível em: <http://www.cepal.org/brasil/publicaciones/sinsigla/xml/2/43432/CEPAL_28.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2012.

MARQUES, Eduardo César. Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.14, n.41, p. 45-67, outubro de 1999.

McADAM, D.; McCARTHY, J.; ZALD, M. *Movimientos sociales: perspectivas comparadas*. Madrid: Istmo, 1999.

McADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. Para mapear o confronto político. *Lua Nova*, São Paulo, n. 76, p. 11-48, 2009.

PIERSON, P.; SKOCPOL, T. El Institucionalismo Histórico en la Ciencia Política Contemporánea. *Revista Uruguay de Ciencia Política*, v. 17 n.1 - ICP, Montevideo, p.7-38, 2008.

REVISTA REDE PARCERIAS SOCIAIS. Porto Alegre: Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social do RS, julho de 2009.

SILVA, Marcelo Kunrath da. Sociedade civil e construção democrática: do maniqueísmo essencialista à abordagem relacional. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p.156-178, jul./dez. 2006.

_____. De volta aos movimentos sociais? Reflexões a partir da literatura brasileira recente. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 46, n. 1, p. 2-9, jan./abr. 2010.

TARROW, Sidney. *O poder em movimento*. Petrópolis: Vozes, 2009.

TILLY, Charles. *Regimes and Repertoires*. Chicago: The University Chicago, 2006.

TILLY, C.; TARROW, S. *Contentious Politics*. Boulder: Paradigm Publishers, 2007.

TIRELLI, Cláudia. *Reconfiguração da Assistência e Organizações Sociais no RS: um estudo das organizações que participaram do Programa Rede Parceria Social entre 2008 e 2010*. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências

Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/81364/000902144.pdf>>.

ZALD, Mayer N. Cultura, ideologia y creación de marcos estratégicos. In: McADAM, Doug, McCARTHY, John D. y ZALD, Mayer. *Movimientos sociales: perspectivas comparadas*. Madrid: Istmo, 1999. p. 369-388.

Sobre a autora

Cláudia Tirelli

Doutora em Sociologia, professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul. E-mail: ctirelli@unisc.br